

Eficiência em foco: a gestão pública na região geográfica imediata Amarante-Água Branca-Regeneração (PI)

 <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2025.v9.1830>

João Victor Ribeiro Vilanova¹

Léia Lima Soares²

Data de submissão concluída: 19/8/2025. Data de aprovação: 8/10/2025. Data de publicação: 9/10/2025.

Resumo – O estudo teve como objetivo analisar a eficiência do gasto público nos municípios piauienses da RGI Amarante-Água Branca-Regeneração, no período de 2022 a 2023, por meio do balanço segmentado de notas, da observação dos fatores determinantes da efetividade da gestão municipal e da regressão linear múltipla para verificar a influência de variáveis socioeconômicas e do dispêndio financeiro sobre a nota geral do IEGM em tais municípios. A pesquisa, de abordagem quantitativa e explicativa, utilizou a análise dos dados secundários públicos que incluiu a divisão do IEGM em Eixos de Governança e Políticas Públicas, além da utilização a regressão linear múltipla. Os dados indicam que todos os 22 municípios da região apresentaram deficiência na efetividade da gestão, sendo classificados com Nota C (baixo nível de adequação) no IEGM em 2022 e 2023. Verificou-se que dispêndio financeiro municipal, IDHM e PIB *per capita* não possuem correlação direta com a efetividade municipal. O estudo incita a contribuição de teórico-prática ao promover a análise das sete dimensões à medida que relaciona atores preditores da nota geral do IEGM desses municípios, fornecendo, de forma regionalizada, subsídios para a busca da efetividade da gestão municipal em cidades de pequeno porte no Piauí.

Palavras-chave: Efetividade. Governança. IEGM. Políticas públicas. RGI.

Efficiency in focus: public management in the immediate geographical region of Amarante-Água Branca-Regeneração (PI)

Abstract – The study aimed to analyze the efficiency of public spending in the municipalities of the Amarante-Água Branca-Regeneração Regional Area (RGI) of Piauí, from 2022 to 2023. This was done through segmented score assessments, the observation of determinants of municipal management effectiveness, and multiple linear regression to verify the influence of socioeconomic variables and financial expenditure on the overall IEGM score of these municipalities. The research, with a quantitative and explanatory approach, used the analysis of public secondary data, dividing the IEGM into Governance and Public Policy Axes and applying multiple linear regression. The data indicate that all 22 municipalities in the region showed deficiencies in management effectiveness, being classified with a C grade (low adequacy level) in the IEGM for both 2022 and 2023. It was found that municipal financial expenditure, HDI, and GDP per capita had no direct correlation with municipal effectiveness. The study provides a theoretical and practical contribution by analyzing the seven IEGM dimensions and relating predictive factors to the overall score of these municipalities, thereby offering regionally focused insights to support the pursuit of management effectiveness in small municipalities in Piauí.

Keywords: Effectiveness. Governance. IEGM. Public policies. IGR.

¹ Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal do Piauí. Professor do Instituto Federal do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil.  joao.vilanova@ifpi.edu.br  <https://orcid.org/0000-0001-8840-8227>  <https://lattes.cnpq.br/5707886274222468>.

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Professora da Universidade Federal do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil.  leialima@ufpi.edu.br  <https://orcid.org/0000-0003-2299-5312>  <https://lattes.cnpq.br/3363279966165581>.

Eficiência em foco: la gestión pública en la región geográfica inmediata Amarante-Água Branca-Regeneração (PI)

Resumen – El estudio tuvo como objetivo analizar la eficiencia del gasto público en los municipios del estado de Piauí pertenecientes a la RGI Amarante-Água Branca-Regeneración, durante el período de 2022 a 2023. Esto se realizó por medio de un análisis segmentado de las calificaciones, la observación de los factores determinantes de la efectividad de la gestión municipal y la regresión lineal múltiple para verificar la influencia de variables socioeconómicas y del gasto público sobre la calificación general del IEGM en dichos municipios. La investigación, de enfoque cuantitativo y explicativo, utilizó el análisis de datos secundarios públicos, que incluyó la división del IEGM en Ejes de Gobernanza y Políticas Públicas, además del uso de la regresión lineal múltiple. Los datos indican que los 22 municipios de la región presentaron deficiencias en la efectividad de la gestión, siendo clasificados con una Nota C (bajo nivel de adecuación) en el IEGM en 2022 y 2023. Se constató que el gasto público municipal, el IDHM y el PIB per cápita no poseen una correlación directa con la efectividad municipal. El estudio incita a una contribución teórico-práctica al promover el análisis de las siete dimensiones a medida que relaciona actores predictores de la calificación general del IEGM de estos municipios, proporcionando de forma regionalizada, insumos para la búsqueda de la efectividad de la gestión municipal en ciudades de pequeño tamaño en Piauí.

Palabras clave: Efectividad. Gobernanza. IEGM. Políticas públicas. RGI.

Introdução

A Administração Pública brasileira passou por grandes transformações no gerenciamento das suas atividades nas últimas décadas, e desta maneira a Administração Pública emerge como um agente relevante na promoção de transformações em nível local, configurando-se como emblemática para a compreensão dos desafios e das possibilidades inerentes ao desenvolvimento (Filippim; Rossetto; Rossetto, 2010). Nesse sentido, faz-se necessário a busca da eficiência por meio de instrumentos que permitam as melhorias e adequações requeridas (Silva; Carvalho; São Pedro Filho, 2021).

Portanto, é necessário refletir sobre eficiência, ante os desafios que a realidade apresenta aos gestores públicos. O modelo burocrata pode ser necessário, mas não suficiente (Abrucio; Soares, 2001). Araújo e Pereira (2012) afirmam que no intrincado contexto das interações entre Estado, sociedade civil e mercado privado no Brasil, o Estado se destacou como protagonista, embora a administração pública brasileira tenha sido historicamente caracterizada por forte patrimonialismo e transformações, tais como a implementação da burocracia e, mais recentemente, da administração pública gerencial.

Como apontado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), um dos problemas frequentemente debatidos pela sociedade é a falta de eficiência na utilização dos recursos disponíveis para o desenvolvimento socioeconômico (Brasil, 1995). Assim, ao analisar a conjuntura de fatores, a eficiência, eficácia e efetividade, são fios condutores para os gestores públicos que visam a instrumentalização de uma ação pública que de fato cause impacto social.

Nesse aspecto, é construído o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), que atualmente é utilizado por todos os Tribunais de Contas Estaduais da federação (IRB, 2025). Segundo o Tribunal de Contas do Estado Piauí (TCE-PI, 2023), o objetivo é a avaliação das políticas públicas municipais, através da disponibilização de diagnósticos e dados sobre serviços públicos e outras atividades de interesse coletivo, assim é possível confrontar a conjuntura encontrada com a situação desejada e reorientar a atuação de gestores e outros atores

sociais com atuação relevante na transformação da Administração Pública.

Passos e Amorim (2018) investigaram a construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal, a fim de entender conceitos e teorias sobre indicadores sociais e nesta direção buscaram estimular o debate acerca dos mecanismos de controle do gasto público e da atuação governamental. Somado a este campo, Araujo *et al.* (2021) buscaram mensurar a efetividade das gestões dos 5.570 municípios brasileiros e fornecer um diagnóstico completo dessas gestões.

Por sua vez, Holanda *et al.* (2022) estreitam a temática ao analisarem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal de treze cidades do Maciço de Baturité, região do sertão cearense brasileiro, e seu reflexo nas políticas públicas desenvolvidas nesses municípios nos anos de 2017 e 2018, por meio do IEGM fornecido como diagnóstico de controle externo do TCE-CE.

A partir deste levantamento, não foi possível identificar pesquisas que versem sobre o IEGM das cidades piauienses, sobretudo as que estão inseridas na Região Geográfica Imediata (RGI) Amarante-Água Branca- Regeneração, indicando uma lacuna para operacionalizar este estudo. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a eficiência do gasto público nos municípios piauienses da RGI Amarante-Água Branca-Regeneração, no período de 2022 a 2023, por meio do balanço segmentado de notas, da observação dos fatores determinantes da efetividade da gestão municipal e da regressão linear múltipla para verificar a influência de variáveis socioeconômicas e do dispêndio financeiro sobre a nota geral do IEGM em tais municípios.

Para alcançar tal objetivo, o estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Entre as variáveis de dispêndio financeiro, desenvolvimento humano (IDHM) e riqueza municipal (PIB *per capita*), qual destas possui maior influência preditiva sobre a efetividade da gestão municipal, avaliada pelo IEGM, nos pequenos municípios piauienses da RGI em tela?

Composta por 22 municípios, a região possui uma variação populacional de 1.300 a 17.500 habitantes, que configura aspecto expressivo no universo de municípios de pequeno porte presentes no Piauí. Pesquisar esta região permite analisar a efetividade da gestão em contextos onde os recursos são mais limitados e as interações sociais e políticas tendem a ser mais diretas.

O presente estudo justifica-se pela necessidade da construção de uma literatura que investigue nuances da gestão municipal de cidades de pequeno porte populacional do Piauí, preferencialmente de forma seccionada por Região Geográfica Imediata. Banks, Barnes e Jiang (2021) afirmam que a pesquisa pode ter a sua relevância mensurada pela influência positiva sobre a formulação de políticas públicas. Dessa maneira, o estudo procura estar em consonância com a busca pela efetividade da gestão pública, alinhando planejamento e execução de políticas públicas de forma regionalizada, como feito pelo governo do estado do Piauí, que adota a divisão por Territórios de Desenvolvimento como elemento norteador de suas políticas públicas.

Por fim, a estrutura deste trabalho está organizada da seguinte forma: a primeira parte conta com a introdução que insere o leitor no debate pretendido. A segunda parte apresenta o referencial teórico, apresentando os conceitos, teses e autores que versam sobre aspectos da organização regional, a administração gerencial e a eficiência, governança e políticas públicas e o índice de efetividade da gestão municipal. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos, que trazem os métodos e técnicas utilizadas para realizar a pesquisa. A quarta parte são os resultados e discussões, e por fim, as considerações finais do trabalho.

Referencial Teórico

O Referencial Teórico deste estudo é constituído por três partes distintas, mas complementares que abordam: aspectos da organização regional, a administração gerencial e a eficiência, governança e políticas públicas e o índice de efetividade da gestão municipal.

Aspectos da organização regional

Segundo Santos e Silveira (2020), as configurações territoriais são formadas pela combinação de sistemas naturais, que uma sociedade herda, e sistemas de engenharia, que são objetos técnicos e culturais criados ao longo da história. Os autores defendem que essas configurações são apenas condições e que o seu significado real e atual se estabelece a partir das ações humanas. Desse modo, o espaço é sempre histórico, pois sua historicidade surge da união entre as características do território e as ações que nele se realizam.

Além disso, Bueno e Nascimento (2022) observam que a organização espacial pode vir a ser objeto de ações de planejamento, que podem envolver atores públicos ou privados. Portanto, no âmbito do poder público, as regionalizações territoriais são frequentes, pois se buscam desenvolvimentos espaciais por meio da implementação de políticas públicas.

De acordo com Frémont (1980), a ideia de região se apresenta como um espaço médio, menor do que a nação ou o grande espaço de civilização e maior do que o espaço social de um grupo. Portanto, uma região além de uma menor extensão territorial do que uma nação, também possui uma abrangência política e cultural menor. Reconhecendo que a noção de região é aplicada em outras ciências e que é uma discussão que faz parte do meio político, estatal e espacial, Limonad (2015, p.55) sustenta que “não há como negar, a região é antes de qualquer coisa um fato político”. Desse modo, discutir sobre uma região não é apenas um esforço geográfico, mas administrativo e político, que envolve refletir sobre as disputas para além dos pactos e organizações administrativas.

Segundo Carvalho (2019), o planejamento regional é um fator importante no que diz respeito à regionalização, pois é por meio do planejamento que podemos trabalhar as áreas que merecem mais atenção, identificando as carências de ordem econômica, social, cultural e política com a finalidade de desenvolvimento, e esse recorte espacial só é possível por meio da regionalização.

A trajetória temporal dos mecanismos de planejamentos regionais que foram operacionalizados no Piauí, dos anos 1950 até as ações atuais, inicia-se com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criada em 1959, seguido pela Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), criação da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e do Centro Regional de Produtividade do Piauí, atual Superintendência de Pesquisas Econômicas e Sociais da Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí (CEPRO), em 1971 (Carvalho, 2019).

Como debatido acima, a premissa da regionalização como maximizador da eficácia das políticas públicas é presente há quase 7 décadas na organização do Estado do Piauí. Seguindo esta necessidade de planejar de forma regional e superar as problemáticas individuais, conforme Piauí (2022, p.6):

o Estado é composto por 224 municípios. A regionalização adotada para fins de planejamento e implementação das políticas públicas é formada por quatro macrorregiões (Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrados), subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada das Mangabeiras e Chapada Vale do Itaim (Piauí 2022, p.6).

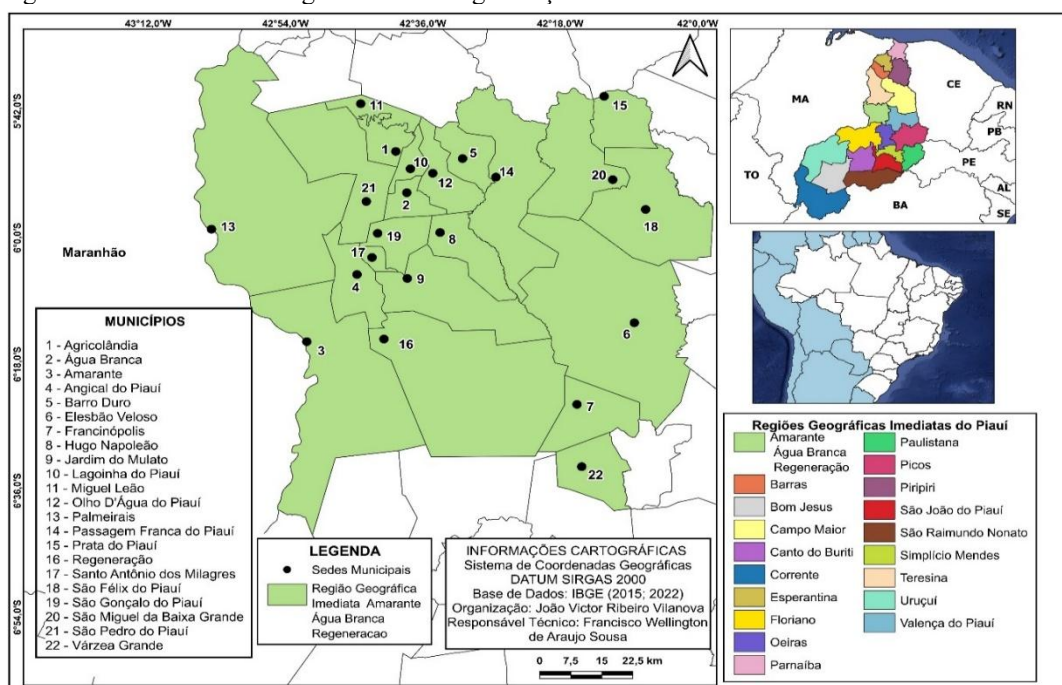
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) propõe a construção de um novo modelo de divisão regional para o Brasil, uma visão que vai ao encontro da necessidade de reorganização do território. Essa proposta considera as intensas transformações pelas quais

o país tem passado, que precisam ser identificadas em sua diversidade. Entre os fatores que justificam essa atualização estão as mudanças ocorridas na dinâmica econômica mundial, a inserção do Brasil nos circuitos globais e as novas polarizações em nível global.

Desse modo, o IBGE (2017) estabelece a divisão do território do Piauí em 6 Regiões Geográficas Intermediárias: Teresina; Parnaíba; Picos; São Raimundo Nonato; Corrente-Bom Jesus; Floriano e 19 Regiões Geográficas Imediatas: Teresina, Amarante-Água Branca-Regeneração; Campo Maior; Valença do Piauí; Barras; Parnaíba; Piripiri; Esperantina; Picos; Paulistana; Oeiras; Simplicio Mendes; São Raimundo Nonato; São João do Piauí; Corrente; Bom Jesus; Floriano; Uruçuí; Canto do Buriti.

O presente trabalho se limita a analisar as prefeituras da Região Geográfica Imediata Amarante-Água Branca-Regeneração (Figura 1), inseridas na Região Geográfica Intermediária de Teresina e no Território de Desenvolvimento Entre Rios. algumas características dessa região estão sistematizadas na Tabela 1.

Figura 1: RGI Amarante-Água Branca-Regeneração



Fonte: IBGE – Elaborado pelo autor com base nas Malhas municipais (2024).

A figura 1 expõe a configuração da RGI Amarante-Água Branca-Regeneração, composta por 22 municípios. Esse recorte territorial deve ser concebido não apenas como uma demarcação cartográfica, mas, sobretudo, como um referencial para a ação estatal. Conforme observam Bueno e Nascimento (2022), a divisão espacial pode assumir função estratégica no planejamento quando associada à atuação de diferentes agentes, especialmente no âmbito estatal, onde a regionalização é utilizada para orientar políticas de desenvolvimento.

Tabela 1 - Dados sociodemográficos da RGI Amarante-Água Branca-Regeneração

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> -PIB <i>per capita</i> (R\$)	População	Dispêndio Financeiro 2022 (Milhões de Reais)	Dispêndio Financeiro 2023 (Milhões de Reais)
Agricolândia	0.599	9.229,59	4.940	27,3	28,4
Água Branca	0.639	13.921,29	17.573	71,6	82,9
Amarante	0.598	10.937,14	17.234	78,0	78,4

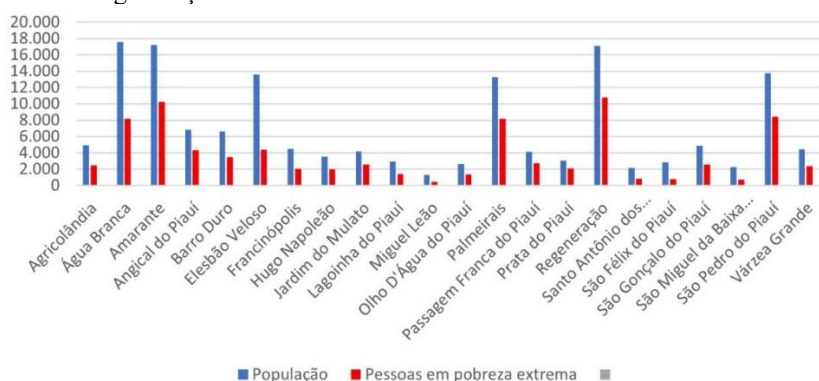
Angical do Piauí	0.630	9.846,26	6.827	32,5	34,9
Barro Duro	0.612	12.792,63	6.640	32,2	38,0
Elesbão Veloso	0.580	11.321,73	13.607	46,7	45,5
Francinópolis	0.564	8.381,02	4.505	21,4	26,0
Hugo Napoleão	0.599	8.779,97	3.518	20,9	24,0
Jardim do Mulato	0.593	8.764,19	4.180	22,1	26,6
Lagoinha do Piauí	0.597	14.117,98	2.939	17,7	19,2
Miguel Leão	0.623	19.050,85	1.318	17,1	18,1
Olho D'Água do Piauí	0.576	11.599,13	2.637	19,3	20,5
Palmeirais	0.562	9.478,06	13.264	60,9	70,0
Passagem Franca do Piauí	0.561	11.257,84	4.135	25,3	33,3
Prata do Piauí	0.565	8.759,54	3.042	21,5	20,7
Regeneração	0.591	14.712,38	17.133	63,6	81,6
Santo Antônio dos Milagres	0.619	8.310,80	2.138	18,8	20,4
São Félix do Piauí	0.610	10.987,34	2.842	20,4	23,2
São Gonçalo do Piauí	0.616	11.247,99	4.837	27,6	29,5
São Miguel da Baixa Grande	0.563	11.104,36	2.269	17,3	17,0
São Pedro do Piauí	0.595	9.391,24	13.755	64,1	59,7
Várzea Grande	0.571	9.355,32	4.417	22,2	25,8

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Cidades IBGE (2023; 2024) e Siconfi (2022; 2023).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal tem a seguinte categoria: até 0,5 é considerado muito baixo; entre 0,5 e 0,6 é classificado como baixo; valores entre 0,6 e 0,7 indicam um nível médio de desenvolvimento; de 0,7 a 0,8 é tido como alto; e, a partir de 0,8, o IDHM é considerado muito alto. O Índice de Desenvolvimento Humano da região é considerado baixo e está abaixo do IDH do Estado do Piauí que é de 0,69 (Atlas Brasil, 2021). A população da região corresponde a 4,7% da população piauiense, já que segundo o IBGE a população é estimada em 3.271.199 habitantes (Cidades IBGE, 2023). Tais dados, portanto, confirmam desdobramentos sociais preocupantes, em torno da educação, acesso à renda e saúde gerando um quadro de desigualdade social desafiador.

Na análise das vulnerabilidades desta RGI, investigaram-se os seguintes indicadores: IDHM; Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal; Percentual das Atividades que compõem o PIB municipal e Pessoas em Situação de Extrema Pobreza. Com as informações presentes na Tabela 1, Figura 2 e o debate da dinâmica econômica da região, pode-se compreender a vulnerabilidade da RGI em análise.

Figura 2 – Pessoas em Situação de Extrema Pobreza e a População por Cidade na RGI Amarante-Água Branca-Regeneração



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2023).

A Figura 2 evidencia a correlação entre o contingente populacional e o número de indivíduos em situação de pobreza extrema em cada município, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2023). Do total de 153.750 habitantes que compõem a RGI analisada, 82.235 se encontram em extrema pobreza, representando 53,4% do conjunto populacional. Nos centros urbanos de maior porte, como Água Branca, Amarante e Regeneração, a proporção de pessoas nessa condição varia entre 40% e 60%. Já em localidades menores, como Olho D'Água do Piauí e Miguel Leão, a incidência relativa situa-se em torno de 20% a 30% da população. Municípios intermediários, a exemplo de Passagem Franca do Piauí e São Pedro do Piauí, também apresentam índices expressivos, o que demonstra que a vulnerabilidade social não está associada apenas à dimensão demográfica, mas constitui um fenômeno transversal que atinge todo o território regional.

A configuração econômica local, revela uma estrutura produtiva pouco diversificada, marcada pela expressiva centralidade do setor público. Segundo Piauí (2023) a Administração Pública responde por 47% do PIB, indicando uma economia fortemente dependente do Estado, na qual a criação de postos de trabalho e de renda está diretamente vinculada ao aparato governamental. Essa predominância estatal caracteriza um quadro de “dependência econômica”, que restringe a autonomia regional e amplia a exposição a oscilações fiscais. Com isso, setores como a Agropecuária que possui 15% de participação e a Indústria 6% apresentam baixa representatividade e limitada capacidade de geração de valor agregado, o que expõe a fragilidade da base produtiva local.

Tecendo uma leitura macro, a RGI, situada no interior do estado nordestino, evidencia por outro lado, discrepâncias econômicas, sociais e culturais em relação a outros municípios e regiões do Brasil, diferenças estas que são acentuadas pela dependência, com algumas áreas se tornando centros de exploração e outras ficando cada vez mais empobrecidas, seguindo a lógica da dependência de Florestan Fernandes (1973).

A leitura integrada dos indicadores da RGI Amarante–Água Branca–Regeneração permite observar um contexto de múltiplas vulnerabilidades. A região combina baixos níveis de desenvolvimento humano e econômico com uma alta taxa de pobreza extrema, sustentada por uma economia pouco diversificada. O IDHM, classificado como baixo, aliado ao PIB *per capita* reduzido e aos rendimentos próximos ao salário mínimo nacional, evidencia limitações tanto no padrão de vida quanto na capacidade de geração de recursos da população. O fato de mais da metade dos habitantes estar em situação de pobreza extrema demonstra que a desigualdade social é um traço estrutural dessas municipalidades, e não apenas uma ocorrência pontual. Além disso, a concentração quase absoluta da dinâmica econômica na esfera pública reforça a dependência do setor estatal, o que restringe alternativas de dinamismo produtivo e intensifica as vulnerabilidades socioeconômicas dos municípios.

A administração gerencial e a eficiência

A forma de organização pública patrimonialista não distinguia o público do privado, esse modelo, recebido da Corte Portuguesa em 1808, perdurou até a República Velha (1889 a 1930), e suas características como corrupção, nepotismo, desprezo pelos cidadãos e pelas demandas sociais, deixaram de ser toleradas e a Administração Pública precisou ser reformulada (Silva *et al.*, 2018). Segundo Costa (2008), o governo de Getúlio Vargas buscou superar essa organização patrimonialista do Estado, nele foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), efetivamente organizado em 1938 objetivando definir e executar a política para o pessoal civil, admissão por meio concurso público, capacitação técnica do funcionalismo e promoção da racionalização de métodos no serviço público.

No ano de 1967 houve o primeiro passo rumo a Administração Pública Gerencial, a partir da publicação do Decreto-Lei 200 que dispôs sobre a organização da Administração Federal e teve como princípios norteadores: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de

competência; controle (Brasil, 1967; Silva *et al.*, 2018). Já em 1995, o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE) foi criado com ênfase em uma reforma fiscal norteadas pela diminuição do gasto com pessoal e objetivando atuar de maneira estrutural, onde distinguiu o aparelho do estado em quatro setores a fim de instrumentalizar a reforma: Núcleo Estratégico; Atividades Exclusivas; Serviços não exclusivos e Produção de Bens e Serviços para o Mercado. Como objetivo último, o governo de Fernando Henrique Cardoso buscava tornar a gestão pública eficiente (Brasil, 1995).

Bresser-Pereira (1998) analisa que entre 1979 e 1994 o Brasil viveu um período de estagnação da renda *per capita* e de alta inflação, e somente após esse período houve a estabilização de preços por meio do Plano Real, criando as condições para a retomada do crescimento. A partir de 1995, com o governo do Fernando Henrique, é vista uma nova oportunidade para a reforma do Estado em geral, e de forma particular, do aparelho do Estado e do seu pessoal. O PDRAE (Brasil, 1995) teve como objetivos: a curto prazo, favorecer o ajuste fiscal, particularmente nos estados e municípios; e a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento aos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2020), em seu Art. 37 elenca de maneira explícita os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, como norteadores da conduta estatal. O art. 174, estabelece que o Estado exercerá, na forma da lei, entre outras funções, a de planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. A fim de operacionalizar o planejamento, a Constituição Federal determina no art. 165, que cabe ao Poder Executivo a iniciativa das leis que estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais. Tais instrumentos orientam a execução financeiro-orçamentária e é entendida como parte de um planejamento estratégico da gestão do ente subnacional.

Desse modo é importante trazer para o debate três definições basilares da administração pública gerencial por Costa e Castanhar (2003 p.973):

Eficiência – menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa; Eficácia – medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas; Efetividade – indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais (Costa e Castanhar 2003 p. 973).

Considerando que a reforma completa trinta anos em 2025, é necessário olhar para a chegada desta reforma nos municípios. A literatura examinada indica que a descentralização acentuou a extrema desigualdade de condições políticas, técnicas e financeiras dos municípios brasileiros, tornando o processo de planejamento altamente intrincado e heterogêneo, dificultando sobremaneira a obtenção de solidez financeira no longo prazo (Lima *et. al* 2020; Diniz, Macedo e Corrar, 2012).

Marenco e Bruxel (2023) debruçaram-se sobre a agenda gerencial nos municípios, buscando a existência de administração indireta na gestão local, incentivos para a descentralização e a incorporação de procedimentos derivados da administração privada como preconizado na reforma gerencial, além da proporção de servidores “sem vínculo permanente” nas administrações diretas municipais, indicando flexibilidade na contratação de funcionários, que é outro ponto caro à agenda gerencial.

Diniz, Macedo e Corrar (2012) investigaram a eficiência da gestão municipal em 122 municípios brasileiros com mais de 200 mil habitantes, por meio do aporte financeiro *per capita*. O estudo elenca 28 funções de governo e utiliza como critérios de eficiência: receitas, despesas fixas, posição operacional e estrutura da dívida. Concluiu-se que, das 28 funções analisadas, em geral, a eficiência não se comprovou; apenas três apresentaram aderência positiva e significativa em relação aos escores de eficiência calculados.

Governança e políticas públicas

Matias-Pereira (2010) afirma que a crise do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), em paralelo ao esgotamento fiscal e à dificuldade do modelo administrativo em enfrentar os desafios de mercados e países progressivamente mais globalizados e interligados, provocou a adoção de uma nova administração pública. Em concordância, Teixeira e Gomes (2019) destacam que, nas últimas décadas, a sociedade brasileira obteve consideráveis conquistas que proporcionaram o aumento do bem-estar da população, entre as quais se destacam a reforma monetária, em meados dos anos 1990, quando o país estabilizou sua economia e controlou a inflação, e, no ano 2000, o lançamento das bases para uma reforma voltada à responsabilidade na gestão fiscal.

Em uma análise aprofundada, Buta e Teixeira (2020) examinaram a governança em três vertentes principais: conceitual, mensural e democrática. A vertente conceitual investigou a concepção de governança adotada nos estudos, enquanto a vertente mensural se voltou para os indicadores empregados para sua mensuração. Já a vertente democrática explorou os participantes ou instituições envolvidas em sua execução. A seleção da vertente conceitual de governança, conforme ordenada por Buta e Teixeira (2020), serve de alicerce metodológico fundamental para esta pesquisa. A Tabela 2 foca nas concepções que abordam a governança sob a ótica pública.

Tabela 2 – Definições de governança

Definições de governança	Categorias
Habilidade e capacidade do governo para: desenvolver com eficiência e responsabilidade a gestão dos recursos e das políticas públicas ¹ ; tornar o governo mais aberto, responsável, transparente e democrático ² ; promover mecanismos que possibilitem a participação da sociedade ³ no planejamento, decisão e controle das ações que permitem atingir o bem comum (Mello & Slomski, 2010)	¹ Capacidade governamental ² Monitoramento e controle ³ Participação
Capacidade de um governo de fazer cumprir as leis ¹ , e entregar serviços ² , independentemente de esse governo ser democrático ou não (Fukuyama, 2013)	¹ Condições de governança ² Capacidade governamental
Tradições e instituições pelas quais a autoridade em um país é exercida. Isso inclui o procedimento pelo qual os governos são selecionados, monitorados, responsabilizados e substituídos ¹ ; a capacidade do governo de formular e implementar políticas prudentes de forma eficaz ² , e o respeito dos cidadãos e o estado das instituições ³ (Ahmad, 2005)	¹ Monitoramento e controle ² Capacidade governamental ³ Condições de governança
Resultado da eficácia das instituições ¹ de uma sociedade. Se as instituições forem adequadas e eficazes ² , o resultado deve ser uma boa governança (Gani & Duncan, 2007)	¹ Condições de governança ² Capacidade governamental

Fonte: Adaptado de Buta e Teixeira (2020)

Neste contexto, o Estado ganha um novo papel, ele passa a ser um agente de apoio ao mercado, com a função de mediar, estimular e regulador, um Estado inteligente, mediador e indutor, fortalecido por instituições democráticas sólidas, que buscam a eficiência e excelência (Matias-Pereira, 2010). Assim, a Governança é fundamental na efetivação deste papel, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU, 2020 p. 36):

governança pública organizacional compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (TCU, 2020 p. 36).

Portanto, ao examinar a conceituação exposta, depreende-se que a Governança, em sua integralidade, configura-se como um modelo de administração que respeita os valores morais e os padrões éticos vigentes na coletividade. Com base nessa observância, a Governança confere maior clareza às estruturas organizacionais e ao seu funcionamento, atribuindo-lhes

uma condição de legitimidade diante dos atores interessados e dos múltiplos grupos de interesse (Sousa, 2020).

Sadiq *et al.* (2020) afirmam que há investigações que utilizaram diversos instrumentos de governança corporativa, relacionando-os tanto ao gerenciamento de resultados quanto à qualidade das demonstrações contábeis. Demonstrando ligação entre comitês de auditoria, a atuação de conselheiros independentes e a influência de indivíduos ou grupos dominantes sobre os resultados nas organizações.

De maneira correlata, Hamdan, Mushtaha e Al-Sartawi (2013) evidenciam que a atuação do comitê de auditoria e de conselheiros independentes eleva de maneira expressiva a confiabilidade das informações financeiras, ao passo que a influência de indivíduos ou grupos dominantes favorece práticas ilícitas, como a manipulação de resultados.

Outro elemento importante para o entendimento da governança no âmbito público é o conceito de governança aberta, que pode ser entendida como a doutrina de supervisão pública efetiva, que, ao assegurar aos cidadãos acesso a documentos oficiais, serviços estatais e processos judiciais, estabelece-se como instrumento central de limitação do poder governamental, contrapondo-se à legitimação de ações contestadas pelo Estado e fundamentando-se nas instituições e políticas, direitos e instrumentos (três componentes essenciais), além de ser pautada nos princípios da transparência, da participação e da responsabilização (Nikvashvili, 2019).

Desse modo, a Governança é fundamental para a promoção de políticas públicas eficazes, pois de acordo com Howlett, Ramesh e Perl (2013), o Estado precisa ser organizado e ter apoio de atores importantes e a qualidade desta ajuda estará diretamente ligada com a sua capacidade de organização. Portanto, política pública não se refere apenas à sua concepção, desdobramentos da aplicação dos recursos ou aspectos jurídicos, as políticas públicas são meios para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade (Estevão; Ferreira, 2018).

Índice de efetividade da gestão municipal

De acordo com Araujo *et al.* (2021), o IEGM é um indicador que mede a efetividade das gestões nos municípios brasileiros adotado pelos 27 tribunais de contas dos estados e do Distrito Federal. Esses tribunais utilizam informações coletadas nos municípios brasileiros de maneira declaratória por parte dos municípios, as quais são posteriormente confirmadas. Segundo o IRB (2025), o índice permanente fornece à sociedade informações das gestões públicas em sete dimensões: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em TI (Tecnologia da Informação).

Conforme extraído do TCE-PI (2023), o processo de avaliação é estruturado em diversas dimensões que abrangem diferentes áreas da gestão pública municipal. A dimensão **I-AMB (Meio Ambiente)** analisa ações ambientais, como a gestão de resíduos sólidos e a educação ambiental, por meio de questionário eletrônico. A dimensão **I-EDUC (Educação)** avalia a gestão da Educação Pública Municipal, contemplando educação infantil, creches, pré-escolas e ensino fundamental. Já a dimensão **I-CIDADE (Proteção Cidadã)** examina o planejamento e as ações de prevenção de desastres e sinistros, com foco na proteção da população.

A dimensão **I-FISCAL (Gestão Fiscal)** verifica a política fiscal e a execução orçamentária, considerando indicadores como receitas, despesas, gastos com pessoal, dívida, precatórios, duodécimos e transparência. A dimensão **I-GOV TI (Tecnologia da Informação)** avalia o uso da tecnologia da informação em benefício da sociedade, com base em quesitos e algoritmos ponderados. A dimensão **I-PLAN (Planejamento)** analisa programas e ações planejadas, observando a coerência entre metas e resultados, o uso dos recursos e a taxa de investimento. Por fim, a dimensão **I-SAÚDE (Saúde Pública)** avalia a gestão da Atenção Básica, a partir de questionários.

Ainda de acordo com o TCE-PI dispomos da utilização da métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância de cada aspecto: $IEGM = (I-EDUC \times 20 + I-SAÚDE \times 20 + I-PLANEJAMENTO \times 20 + I-FISCAL \times 20 + I-AMB \times 10 + I-CIDADE \times 5 + I-GOV-TI \times 5) / 100$. Ou seja, temos o índice I-EDUC, I-SAÚDE, I-Planejamento e I-Fiscal com o peso de 20% cada, I-AMB com peso 10% e por fim I-CIDADE e I-GOV-TI com peso de 5% cada. Esse resultado é representado por notas (A, B+, B, C+ e C) e os critérios são explicados a seguir:

A **nota A** é atribuída aos municípios que atingem pelo menos 90% da pontuação máxima e apresentam resultados em, no mínimo, cinco índices avaliados. A **nota B+** corresponde a municípios com IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima, enquanto a **nota B** é conferida àqueles com desempenho entre 60% e 74,9%. Já a **nota C+** é concedida aos municípios com IEGM entre 50% e 59,9%, e a **nota C** àqueles cujo índice é igual ou inferior a 49,99%, representando o menor nível de efetividade na gestão pública municipal.

O IEGM configura-se como um instrumento analítico para o monitoramento da gestão municipal. Ele examina a capacidade de governança dos gestores em relação à execução de políticas públicas. Em outras palavras, este índice mensura se as metas e os objetivos planejados estão em conformidade com a execução orçamentário-financeira e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, verifica se tais ações resultam em serviços públicos eficientes e de alta qualidade para a população.

Materiais e métodos

Este trabalho é definido como quantitativo explicativo, que, na perspectiva de Prodanov e Freitas (2013), é uma abordagem que demanda o uso de recursos e técnicas de estatística, buscando traduzir em números os conhecimentos produzidos pelo pesquisador. E do tipo explicativa, pois, de acordo com Gil (2017), as pesquisas explicativas têm como objetivo identificar fatores que determinam ou colaboram para a ocorrência de fenômenos. Estas são pesquisas que examinam o conhecimento da realidade, pois têm como propósito explicar a razão do fato.

Os dados da pesquisa foram coletados através da análise documental, que segundo Gil (2017) é a modalidade mais comum de documento, constituída por um texto escrito em papel. Entretanto é cada vez mais frequente os documentos eletrônicos, disponíveis em diversos formatos. Conforme Marconi e Lakatos (2017), documentos oficiais são fontes fidedigna de dados, versando sobre atos individuais, atos públicos e de alcance municipal, estadual ou nacional.

Portanto, se trata da utilização de dados secundários, acessados e extraídos do infográfico IEGM do TCE-PI, que disponibiliza de maneira visual, a consulta dos dados de cada exercício por município, pela consulta específica por mesorregião ou microrregião. Por sua vez, o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) destinado ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais dos municípios, permite a consulta a Declaração das Contas Anuais (DCA) que compila os Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais Quantitativas e Resultado Patrimonial do Período, além dos dados da página eletrônicas Cidades IBGE.

Deste modo, o contexto empírico deste estudo compreende os municípios piauienses que integram a região imediata Amarante-Água Branca-Regeneração, e os dados foram acessados a partir de bases de dados públicas mantidas por entidades e órgãos governamentais. Os dados consultados dizem respeito aos anos de 2022 e 2023, este recorte temporal é motivado pela mudança drástica, a partir de 2022, no questionário IEGM preenchido pelos municípios (TCE-PI, 2023).

A análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal 2022 e 2023 se dará conforme o executado por Holanda *et al.* (2022), onde as sete dimensões do IEGM dos municípios foram

divididas em dois eixos de estudos: governança e desenvolvimento de políticas públicas. O Eixo Governança é composto pelas dimensões: I-Plan; I-Fiscal; I-Cidade; I- Gov TI. E o Eixo Desenvolvimento de Políticas Públicas: I-Edu; I-Sáude; I-Amb.

Esta pesquisa pretende contribuir com o conhecimento teórico e prático sobre o assunto avançando a análise de Holanda *et al.* (2022), adicionando ao estudo a relação entre a nota geral do IEGM com as despesas pagas e os dados socioeconômicos de cada município. Para tanto, retirou-se as notas do Índice de Efetividade da Gestão Municipal do site do TCE-PI em formato .XLS. O levantamento e a extração do dispêndio financeiro executado pelos 22 municípios que compreendem a região mencionada, foram realizados por meio do DCA, disponível no Siconfi, e os dados socioeconômicos disponíveis na página do IBGE, de maneira individual e em formato .PDF.

Buscando entender esa relação, os dados obtidos foram sintetizados em uma tabela no *software* Excel (versão 2108), constando em colunas os municípios, sua despesa paga no ano de 2022 e 2023, IDHM, PIB *per capita* e as respectivas pontuações gerais no IEGM 2022 e 2023. Posteriormente os dados foram analisados por meio da Regressão Linear no *software* Jamovi (versão 2.6.26).

Resultados e discussões

A fim de elucidar o objetivo desta pesquisa, é necessário visualizar o panorama geral no Índice de Efetividade da Gestão Municipal, dos 22 municípios que compõem a Região Geográfica Imediata Amarante-Água Branca- Regeneração nos anos de 2022 e 2023, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - O IEGM na RGI Amarante-Água Branca-Regeneração

Município	Ano	i-Cidade		i-Saúde		i-Gov TI		i-Amb		i-Fiscal		i-Educ		i-Plan		Geral	Nota
Agricolândia	2022	2	C	34	C	5	C	0	C	49	C	49	C	24	C	31.55%	C
	2023	1	C	51	C+	2	C	0	C	64	B	48	C	20	C	36.75%	C
Água Branca	2022	6	C	55	C+	38	C	24	C	49	C	50	C+	25	C	40.40%	C
	2023	5	C	59	C+	23	C	25	C	56	C+	32	C	38	C	40.90%	C
Amarante	2022	5	C	44	C	46	C	4	C	42	C	37	C	13	C	30.15%	C
	2023	8	C	53	C+	40	C	21	C	59	C+	40	C	22	C	39.30%	C
Angical do Piauí	2022	0	C	49	C	10	C	0	C	79	B+	19	C	30	C	35.90%	C
	2023	14	C	59	C+	24	C	16	C	49	C	28	C	51	C+	40.90%	C
Barro Duro	2022	0	C	42	C	5	C	0	C	44	C	23	C	20	C	26.05%	C
	2023																
Elesbão Veloso	2022	26	C	36	C	10	C	0	C	46	C	28	C	14	C	26.60%	C
	2023	35	C	45	C	13	C	20	C	49	C	30	C	19	C	33.00%	C
Francinópolis	2022	28	C	55	C+	31	C	6	C	49	C	49	C	24	C	38.95%	C
	2023	46	C	58	C+	21	C	26	C	70	B	45	C	24	C	45.35%	C
Hugo Napoleão	2022	0	C	32	C	14	C	0	C	50	C+	20	C	31	C	27.30%	C
	2023	0	C	64	B	6	C	33	C	76	B+	30	C	37	C	45.00%	C
Jardim do Mulato	2022	2	C	60	B	15	C	0	C	49	C	34	C	26	C	34.65%	C
	2023	4	C	66	B	19	C	21	C	49	C	34	C	61	B	45.25%	C
Lagoinha do Piauí	2022	36	C	46	C	21	C	0	C	49	C	25	C	28	C	32.45%	C
	2023	34	C	63	B	16	C	0	C	42	C	20	C	19	C	31.30%	C
Miguel Leão	2022	4	C	56	C+	11	C	0	C	34	C	40	C	24	C	31.55%	C
	2023	0	C	63	B	18	C	12	C	71	B	28	C	19	C	38.30%	C
	2022	7	C	45	C	9	C	0	C	43	C	32	C	18	C	28.40%	C

Olho D'agua do Piauí	2023	0	C	56	C+	15	C	0	C	49	C	43	C	23	C	34.95%	C
Palmeirais	2022	0	C	32	C	27	C	0	C	28	C	31	C	16	C	22.75%	C
Passagem Franca do Piauí	2023																
Prata do Piauí	2022	0	C	46	C	2	C	18	C	32	C	37	C	28	C	30.50%	C
Regeneração	2023																
Santo Antônio dos Milagres	2022	0	C	42	C	15	C	12	C	25	C	49	C	18	C	28.75%	C
São Félix do Piauí	2023	6	C	51	C+	12	C	17	C	44	C	39	C	19	C	33.20%	C
São Gonçalo do Piauí	2022	0	C	44	C	19	C	0	C	49	C	43	C	16	C	31.35%	C
São Miguel da Baixa Grande	2023	0	C	41	C	17	C	14	C	59	C+	48	C	20	C	35.85%	C
São Pedro do Piauí	2022	3	C	32	C	9	C	0	C	49	C	28	C	31	C	28.60%	C
Varzea Grande	2023	0	C	34	C	12	C	19	C	49	C	39	C	48	C	36.50%	C
	2022	14	C	49	C	21	C	0	C	46	C	52	C+	26	C	36.35%	C
	2023	27	C	43	C	10	C	15	C	61	B	47	C	20	C	37.55%	C
	2022	61	B	25	C	23	C	1	C	44	C	55	C+	31	C	35.30%	C
	2023																
	2022	0	C	35	C	15	C	0	C	37	C	23	C	15	C	22.75%	C
	2023	0	C	43	C	15	C	8	C	62	B	11	C	17	C	28.15%	C
	2022	6	C	52	C+	17	C	45	C	53	C+	34	C	30	C	39.45%	C
	2023	6	C	60	B	28	C	26	C	71	B	34	C	20	C	41.30%	C
	2022	21	C	45	C	12	C	7	C	57	C+	49	C	20	C	36.55%	C
	2023	36	C	62	B	7	C	55	C+	62	B	41	C	24	C	45.45%	C

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Tribunal de Contas do Estado do Piauí (2022; 2023)

Com os dados dispostos na tabela, a análise se concentra, neste momento, na nota dos municípios da região (pontuação geral). Através da pontuação Geral é possível constatar que todos os municípios apresentam deficiência de efetividade da gestão, nos critérios do IEGM, com todos estes, classificados com a Nota C, baixo nível de adequação, conforme apresentado na Tabela 4. É importante destacar a ausência de nota de quatro cidades: Barro Duro; Palmeirais; Passagem Franca e São Gonçalo do Piauí, no ano de 2023. Em consulta ao TCE-PI essa ausência se deu por conta do não preenchimento dos formulários do IEGM pelos gestores das respectivas cidades.

Como proposto, é relevante analisar de forma segmentada as dimensões, conforme metodologia de Holanda *et al.* (2022), onde as sete dimensões do IEGM dos municípios, foram divididas em dois eixos de estudos: Governança e Desenvolvimento De Políticas Públicas. O Eixo Governança é composto pelas dimensões: I-Plan; I-Fiscal; I-Cidade; I- Gov TI. E o Eixo Desenvolvimento de Políticas Públicas: I-Edu; I-Sáude; I-Amb. A Tabela 4 mostra as dimensões ligadas à fatores de governança nos anos de 2022 e 2023.

Tabela 4 - Eixo de governança

Município	Ano	I-Plan	I-Fiscal	I-Cidade	I-Gov TI
Agricolândia	2022	24	C	49	C
	2023	20	C	64	B
Água Branca	2022	25	C	49	C
	2023	38	C	56	C+
Amarante	2022	13	C	42	C
	2023	22	C	59	C+
Angical do Piauí	2022	30	C	79	B+
	2023	51	C+	49	C
Barro Duro	2022	20	C	44	C

	2023								
Elesbão Veloso	2022	14	C	46	C	26	C	10	C
	2023	19	C	49	C	35	C	13	C
Francinópolis	2022	24	C	49	C	28	C	31	C
	2023	24	C	70	B	46	C	21	C
Hugo Napoleão	2022	31	C	50	C+	0	C	14	C
	2023	37	C	76	B+	0	C	6	C
Jardim do Mulato	2022	26	C	49	C	2	C	15	C
	2023	61	B	49	C	4	C	19	C
Lagoinha do Piauí	2022	28	C	49	C	36	C	21	C
	2023	19	C	42	C	34	C	16	C
Miguel Leão	2022	24	C	34	C	4	C	11	C
	2023	19	C	71	B	0	C	18	C
Olho D'água do Piauí	2022	18	C	43	C	7	C	9	C
	2023	23	C	49	C	0	C	15	C
Palmeirais	2022	16	C	28	C	0	C	27	C
	2023								
Passagem Franca do Piauí	2022	28	C	32	C	0	C	2	C
	2023								
Prata do Piauí	2022	18	C	25	C	0	C	15	C
	2023	19	C	44	C	6	C	12	C
Regeneração	2022	16	C	49	C	0	C	19	C
	2023	20	C	59	C+	0	C	17	C
Santo Antônio dos Milagres	2022	31	C	49	C	3	C	9	C
	2023	48	C	49	C	0	C	12	C
São Félix do Piauí	2022	26	C	46	C	14	C	21	C
	2023	20	C	61	B	27	C	10	C
São Gonçalo do Piauí	2022	31	C	44	C	61	B	23	C
	2023								
São Miguel da Baixa Grande	2022	15	C	37	C	0	C	15	C
	2023	17	C	62	B	0	C	15	C
São Pedro do Piauí	2022	30	C	53	C+	6	C	17	C
	2023	20	C	71	B	6	C	28	C
Várzea Grande	2022	20	C	57	C+	21	C	12	C
	2023	24	C	62	B	36	C	7	C

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Averiguando o Eixo Governança, notou-se uma clara evolução nas notas dos municípios entre 2022 e 2023, especialmente na dimensão I-Fiscal. Municípios como Agricolândia, Hugo Napoleão, Miguel Leão, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Pedro do Piauí e Várzea Grande alcançaram a efetividade nesse quesito, demonstrando uma melhoria significativa em suas gestões fiscais. Por outro lado, Angical teve sua nota reduzida. Entretanto, a dimensão I-Plan teve uma evolução bem mais tímida entre os municípios, somente os municípios de Angical e Jardim do Mulato apresentaram melhora. Nas dimensões I-Cidade e I-Gov TI não apresentaram melhoria nas notas em nenhuma cidade.

Esse resultado dialoga com a literatura quanto aos limites da administração pública gerencial preconizada pelo PDRAE, que ainda não se materializou plenamente em municípios de pequeno porte. A estagnação na dimensão I-Cidade pode estar relacionada ao alto índice de pobreza extrema e a baixa diversificação econômica da região e no I-Gov TI, devido ao baixo poder de investimento do orçamento das cidades (Brasil, 1995; Brasil, 2023; Diniz, Macedo e Corrar, 2012; Marengo e Bruxel 2023). Por sua vez, Kinzler e Mello (2023) identificaram que as práticas de controle interno exercem uma influência positiva sobre a gestão, o que corrobora a importância da implementação da governança nas administrações municipais.

A Tabela 5 mostra os municípios da região estudada e as dimensões ligadas à fatores de política pública, composta pelas pontuações das dimensões de Educação, Saúde e Meio Ambiente, que permeiam a vida em sociedade destes municípios, nos anos de 2022 e 2023.

Tabela 5 - Desenvolvimento de políticas públicas

Município	Ano	i-Educ		i-Saúde		i-Amb	
Agricolândia	2022	49	C	34	C	0	C
	2023	48	C	51	C+	0	C
Água Branca	2022	50	C+	55	C+	24	C
	2023	32	C	59	C+	25	C
Amarante	2022	37	C	44	C	4	C
	2023	40	C	53	C+	21	C
Angical do Piauí	2022	19	C	49	C	0	C
	2023	28	C	59	C+	16	C
Barro Duro	2022	23	C	42	C	0	C
	2023						
Elesbão Veloso	2022	28	C	36	C	0	C
	2023	30	C	45	C	20	C
Francinópolis	2022	49	C	55	C+	6	C
	2023	45	C	58	C+	26	C
Hugo Napoleão	2022	20	C	32	C	0	C
	2023	30	C	64	B	33	C
Jardim do Mulato	2022	34	C	60	B	0	C
	2023	34	C	66	B	21	C
Lagoinha do Piauí	2022	25	C	46	C	0	C
	2023	20	C	63	B	0	C
Miguel Leão	2022	40	C	56	C+	0	C
	2023	28	C	63	B	12	C
Olho D'água Do Piauí	2022	32	C	45	C	0	C
	2023	43	C	56	C+	0	C
Palmeirais	2022	31	C	32	C	0	C
	2023						
Passagem Franca do Piauí	2022	37	C	46	C	18	C
	2023						
Prata do Piauí	2022	49	C	42	C	12	C
	2023	39	C	51	C+	17	C
Regeneração	2022	43	C	44	C	0	C
	2023	48	C	41	C	14	C
Santo Antônio dos Milagres	2022	28	C	32	C	0	C
	2023	39	C	34	C	19	C
São Félix do Piauí	2022	52	C+	49	C	0	C
	2023	47	C	43	C	15	C
São Gonçalo do Piauí	2022	55	C+	25	C	1	C
	2023						
São Miguel da Baixa Grande	2022	23	C	35	C	0	C
	2023	11	C	43	C	8	C
São Pedro do Piauí	2022	34	C	52	C+	45	C
	2023	34	C	60	B	26	C
Várzea Grande	2022	49	C	45	C	7	C
	2023	41	C	62	B	55	C+

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Tribunal de Contas do Estado do Piauí

No Eixo de Desenvolvimento de Políticas Públicas nenhum município da região atingiu a efetividade na dimensão I-Educação. Por outro lado, na dimensão I-Saúde, 6 municípios conseguiram ter uma política de saúde efetiva, sendo eles: Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Miguel Leão, São Pedro do Piauí e Várzea Grande. Na dimensão I-Amb não houve o alcance da efetividade por nenhum município.

A busca pela melhoria da dimensão I-Amb pode estar na aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/2010) de forma conjunta pelos gestores dos

municípios da RGI em tela, a legislação determinou o fim dos lixões e a destinação adequada dos rejeitos em aterros sanitários. Esse desafio é particularmente difícil para municípios de pequeno porte, tornando inevitável a busca por soluções coletivas. A própria lei aponta este direcionamento, ao destacar a regionalização por meio de consórcios intermunicipais como instrumento central de aplicação da política, apontando que a construção de um aterro regional é a alternativa preferencial e mais viável.

Este eixo, por abrigar ações de Educação e Saúde, está alinhado aos índices de IDHM, que levam estas dimensões em consideração para a construção dos seus valores, portanto observa-se um baixo IDHM na região, junto ao baixo desempenho da dimensão I-Edu (Educação). Aguiar, Teixeira e Beiruth (2020) investigaram se os investimentos em saúde e educação realizados pelos municípios do Espírito Santo, entre 2015 e 2017, impactaram o IEGM, no estudo os investimentos por aluno não apresentaram impacto significativo na efetividade (I-Educ), tanto no ano corrente quanto no ano anterior. Já na saúde (I-Saúde), o investimento *per capita* não mostrou impacto no mesmo ano, mas demonstrou ter um efeito positivo e significativo na efetividade do exercício seguinte.

Diante destes dados, no Eixo de Governança, o sucesso observado na gestão fiscal (I-Fiscal), área em que vários municípios atingiram a efetividade, pode ser atribuído a constante fiscalização dos órgãos de controle externo sob a execução orçamentária baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101/2000). Em contrapartida, há a urgência de fortalecer o planejamento estratégico (I-Plan), que teve uma evolução tímida, priorizar a governança em TI (I-Gov TI) e a proteção cidadã (I-Cidade), dimensões que permaneceram estagnadas e sem melhorias.

Quanto às Políticas Públicas, as gestões devem tratar educação (I-Edu) e meio ambiente (I-Amb) como áreas críticas, visto que nenhum município alcançou a efetividade em ambas, portanto é necessário operacionalizar diagnósticos profundos para criar planos de ação eficazes. Em contraste, a área da saúde (I-Saúde) apresenta um caminho a ser seguido, com seis municípios alcançando bons resultados e evoluindo com o aumento do dispêndio financeiro, dialogando com os achados de Aguiar, Teixeira e Beiruth (2020).

Como mencionado na metodologia deste estudo, a pesquisa buscou avançar o estudo de Holanda *et al.* agregando à análise, a modelagem de regressão linear múltipla, que como método estatístico fundamental para investigar a interconexão entre variáveis com enfoque na dependência estatística permite a inclusão de covariadas para considerar diferenças entre grupos. Assim diferencia-se da mera análise de correlação, justamente por atender à necessidade de profissionais das ciências sociais e gestores públicos de prever o resultado de intervenções ou o impacto de políticas, conferindo à análise um propósito preditivo e de investigação causal (Chein, 2019; Coelho-Barros *et al.*, 2008).

Os dados obtidos foram tratados no software buscando analisar os pagamentos anuais executados pelas prefeituras, IDHM e PIB *per capita* com a nota Geral obtida no IEGM e desta forma poderá ser compreendido a relação entre estas duas variáveis, conforme Tabelas 6 e 7.

Tabela 6 – Relação dos gastos anuais IDHM, PIB *per capita* e o IEGM 2022

Medidas de Ajustamento do Modelo de Regressão Linear para a Nota IEGM 2022							
Modelo	R	R ²	R ² Ajustado	F	gl1	gl2	p
1	0.439	0.193	0.0198	1.11	3	14	0.376
Nota. Modelos estimados usando tamanho da amostra de N=18.							
Coeficientes do Modelo de Regressão Linear para a Nota IEGM 2022							
Preditor	Estimativa	Erro-padrão	t	p			
Intercepto	-119.068	321.344	-0.371	0.717			

Despesas Pagas 2022 (R\$ milhões)	0.0513	0.0582	0.882	0.393
IDHM	775.284	568.807	1.363	0.194
PIB <i>per capita</i> (R\$)	-0.000329	0.000449	-0.734	0.475

Fonte: Dados da Pesquisa

A regressão linear múltipla aplicada aos dados de 2022 apresentou coeficiente de determinação (R^2) de 0,193, indicando que apenas 19,3% da variação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) foi explicada pelas variáveis independentes analisadas (despesas pagas, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e PIB *per capita*. O teste F (3,14) = 1,11 resultou em $p=0,376$, demonstrando que o modelo global não atingiu significância estatística.

No exame individual dos coeficientes, verificou-se que nenhuma das variáveis apresentou impacto relevante: despesas pagas ($p=0,393$), IDHM ($p=0,194$) e PIB *per capita* ($p=0,475$). Embora não significativo, o IDHM foi o preditor que mais se aproximou de um efeito estatístico, sugerindo uma tendência de relação positiva entre maior desenvolvimento humano e efetividade da gestão.

Tabela 7 - Relação dos gastos anuais IDHM, PIB *per capita* e o IEGM 2023

Medidas de Ajustamento do Modelo de Regressão Linear para a Nota IEGM 2023							
Modelo	R	R^2	R^2 Ajustado	F	gl1	gl2	p
1	0.476	0.227	0.0610	1.37	3	14	0.293

Nota. Modelos estimados usando tamanho da amostra de N=18.

Coeficientes do Modelo de Regressão Linear para a Nota IEGM 2023				
Preditor	Estimativa	Erro-padrão	t	p
Intercepto	35.492	329.162	0.108	0.916
Despesas Pagas 2023 (R\$ milhões)	0.0318	0.0549	0.579	0.572
IDHM	719.222	581.865	1.236	0.237
PIB <i>per capita</i> (R\$)	-0.000836	0.000461	-1.816	0.091

Fonte: Dados da Pesquisa

No ano de 2023, o modelo apresentou um R^2 de 0,227, o que representa um pequeno avanço em relação ao ano anterior, mas ainda insuficiente para explicar de forma robusta a variabilidade do IEGM. O teste F (3,14) = 1,37, com $p=0,293$, manteve a ausência de significância global. Na análise dos preditores, as despesas pagas ($p=0,572$) e o IDHM ($p=0,237$) não apresentaram efeitos significativos. O PIB *per capita*, por sua vez, obteve $p=0,091$, configurando-se como a variável mais próxima da significância estatística e sugerindo uma possível relação inversa com a efetividade da gestão, contudo, ainda assim, sem significância estatística. Como em 2022, não se observou qualquer preditor estatisticamente robusto.

Essas constatações dialogam diretamente com os fundamentos teóricos apresentados, os quais destacam que a efetividade da gestão pública não está atrelada à disponibilidade de recursos financeiros, mas, sobretudo, à sua aplicação estratégica, orientada por princípios de governança e planejamento.

Um achado central desta pesquisa é que indicadores socioeconômicos consolidados, como o IDHM e o PIB *per capita*, não se mostraram preditores estatisticamente significativos da efetividade da gestão municipal (IEGM) na região analisada. Isso cria um contraponto

interessante com estudos como o de Silva, Assis e Talaska (2025), onde essas mesmas variáveis foram utilizadas como componentes fundamentais para construir um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico. A sobreposição desses resultados sugere que, embora o desenvolvimento humano e a riqueza de um município sejam cruciais para medir seu estágio socioeconômico, a qualidade da gestão pública aponta para outros fatores, como os ligados à governança, ao planejamento e à capacidade institucional, que transcendem as condições de base do território.

A literatura revisada enfatiza que a administração pública gerencial, consolidada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, tem como pilares a eficiência, a eficácia e a efetividade, conceitos que transcendem o mero gasto público (Costa & Castanhar, 2003; Bresser-Pereira, 1998). Além disso, a própria concepção do IEGM, conforme detalhado por Araujo *et al.* (2021) e pelo IRB (2025), contempla dimensões qualitativas da gestão municipal — como planejamento, governança em TI e educação — que não dependem unicamente do montante financeiro, mas sim da capacidade institucional de transformar esses recursos em resultados concretos para a população.

Assim, os achados empíricos reforçam a tese de que, mesmo após três décadas de implementação da reforma gerencial, ainda há um hiato entre os princípios do modelo proposto e a prática administrativa em municípios de pequeno porte como os da região de Amarante-Água Branca-Regeneração. De maneira prática, os achados evidenciam a urgência de fortalecer os mecanismos de planejamento estratégico e avaliação de políticas como condições indispensáveis para a melhoria da efetividade da gestão municipal e a fiscalização externa que o município tem sobre dimensão fiscal, demonstra que fiscalização por órgãos de controle, é uma via para operacionalizar melhorias nos demais indicadores.

Considerações finais

O IEGM é uma ferramenta essencial para melhorar a gestão pública municipal. Ele diagnostica a situação atual, permitindo que gestores e a sociedade civil a comparem com os resultados desejados e reorientem suas ações. Além disso, ao fornecer informações permanentes, o IEGM fomenta o controle social e incentiva o debate sobre como os gastos públicos e as ações do governo são monitorados.

A pesquisa revelou que todos os 22 municípios estudados apresentaram baixa efetividade na gestão, conforme os critérios do IEGM, sendo classificados com Nota C em ambos os anos. A análise segmentada das dimensões do IEGM demonstrou que, no Eixo Governança, houve evolução nas notas fiscais de alguns municípios, mas as dimensões I- Planejamento, I-Cidade e I-Gov TI não apresentaram melhorias significativas na maioria das cidades. No Eixo de Desenvolvimento de Políticas Públicas, nenhum município alcançou a efetividade na dimensão I-Educ e I-Amb, embora seis municípios tenham obtido efetividade na dimensão I-Saúde.

Um achado crucial da presente pesquisa foi a ausência de relação estatisticamente significativa entre o volume de despesas públicas pagas; IDHM; PIB *per capita* e a nota atribuída pelo Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) nos anos de 2022 e 2023. Esse resultado sugere que, no contexto da região analisada, o simples aumento dos recursos financeiros empregados pela administração pública municipal, IDHM e/ou PIB *per capita* não está, por si só, associado a uma gestão mais efetiva, conforme avaliada pelo referido índice, o que indica a necessidade de mudanças estruturais na gestão destes municípios.

Embora a capacidade orçamentária seja, sem dúvida, um fator importante para o funcionamento da máquina pública, os dados evidenciam que a qualidade da gestão não depende exclusivamente do volume de despesas realizadas, mas de como esses recursos são planejados, alocados e executados em conformidade com princípios de eficiência, eficácia e efetividade. Este estudo contribui ao preencher uma lacuna na literatura sobre o IEGM nas

cidades piauienses de pequeno porte populacional e de forma inédita a literatura sobre o IEGM, aplica a regressão linear múltipla

Ademais, esta pesquisa se limitou a analisar 2 eixos do IEGM, relacionando-o ao dispêndio financeiro anual, IDHM e PIB *per capita* de cada município da região imediata Amarante-Água Branca- Regeneração. Há, portanto, a oportunidade de se estudar outras regiões piauienses e brasileiras, verificar os gastos financeiros com relação especificamente a cada eixo, além de poder analisar a relação com mais elementos preditores e assim compreender a motivação que permite algumas dimensões melhorarem e outras retrocederem no mesmo ano, investigar se com a implementação do planejamento estratégico, a criação de mecanismos próprios de avaliação de políticas públicas, a efetividade da gestão é impactada.

Referências

ABRUCIO, F. L.; SOARES, M. M. **Redes federativas no Brasil**: cooperação intermunicipal no grande ABC. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280947649_Redes_Federativas_no_Brasil_Cooperacao_Intermunicipal_no_Grande_ABC. Acesso em: 23 set. 2025.

AGUIAR, M. C.; TEIXEIRA, A.; BEIRUTH, A. Saúde e educação: investimentos e efetividade municipal. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 87-110, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v14i2.39827>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/39827>. Acesso em: 29 set. 2025.

ARAUJO, L. C. de; BEZERRA FILHO, J. E.; TEIXEIRA, A.; MOTOKI, F. Gestões Municipais No Brasil: Um Estudo A Partir Do Índice De Efetividade Das Gestões Municipais – IEGM. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 20, 1-17, 2021. DOI: 10.16930/2237-7662202131371. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3137>. Acesso em: 30 set. 2025.

ARAÚJO, P. G. de; PEREIRA, J. R. Análise da aplicabilidade do modelo gerencial na administração municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 46(5):1179-1199, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7135>. Acesso em: 29 set. 2025.

ATLAS BRASIL. **RANKING**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BANKS, G. C.; BARNES, C. M.; JIANG, K. Changing the Conversation on the Science–Practice Gap: An Adherence-Based Approach. **Journal of Management**, vol. 47 n. 6, 1347–1356, 2021. DOI: 10.1177/0149206321993546. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0149206321993546>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm, acesso em: 12/05/2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 02 Out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Análise de dados aberto, 2023. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 17 de agosto de 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Mare, 1995. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em 30 set. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Ano 49 n. 1, 1998. DOI: 10.21874/rsp.v49i1.360. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/360>. Acesso em: 30 set. 2025.

BUENO, P. H. de C.; NASCIMENTO, C. S. da S. Território Vale do Canindé (PI): uma análise de suas vulnerabilidades socioespaciais a partir das condições econômicas. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, v. 20, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5016/estgeo.v20i3.16653>. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16653>. Acesso em: 30 set. 2025.

BUTA, B. O. TEIXEIRA, M. A. C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade**, 2020, 27(94). DOI 10.1590/1984-9270941. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/26419>. Acesso em: 30 set. 2025.

CARVALHO, K. C. M. **Planejamento territorial e regionalização no Piauí**: uma análise a partir dos Territórios de Desenvolvimento. São Luís: UEMA, 2019. 90 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1828>. Acesso: 30 set. 2025.

CHEIN, F. **Introdução aos modelos de regressão linear**: um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4788/1/Livro_Regress%C3%A3o%20Linear.pdf. Acesso: 26 set. 2025.

COELHO-BARROS, E. A.; SIMÕES, P. A.; ACHCAR, J. A.; MARTINEZ, E. Z.; SHIMANO, A. C. Métodos de estimação em regressão linear múltipla: aplicação a dados clínicos. **Revista colombiana de estadística**, Bogotá, v. 31, n. 1, p. 111-129, jun. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89912218007>, Acesso: 26 set. 2025.

COSTA, F. L. da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de

reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 42(5):829-74, 2008.
Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6656>. Acesso: 30 set. 2025.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C.; Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 37(5):969-92, 2003.
Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6509>. Acesso: 30 set. 2025.

DINIZ, J. A.; MACEDO, M. A. da S.; CORRAR, L. J. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. **Gestão & Regionalidade**, vol. 28, n. 83, 2012. DOI: 10.13037/gr.vol28n83.1347. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1347. Acesso em: 30 set. 2025.

ESTEVÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **HOLOS**, Ano 34, Vol. 03, 2018. DOI: 10.15628/holos.2018.6818. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818>. Acesso em: 30 set. 2025.

FILIPPIM, E.; ROSSETTO, A.; ROSSETTO, C. Abordagens da administração pública e sua relação com o desenvolvimento em um contexto regional: o caso do Meio-Oeste Catarinense. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000400011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/RNSQ4K6ZLRfRJsZ3nxWZVvB/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2025.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Ed. Almedina, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HAMDAN, A. M. M.; MUSHTAHA, S. M. S.; AL-SARTAWI, A. A. M. The audit committee characteristics and earnings quality: Evidence from Jordan. **Australasian Accounting Business and Finance Journal**, 7(4), 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274283508_The_Audit_Committee_Characteristics_and_Earnings_Quality_Evidence_from_Jordan. Acesso em 23 set. 2025.

HOLANDA, M. M. B. de; LIMA, A. O.; SANTOS, R. C. dos; SOSUSA, A. M. R. O Índice De Efetividade Da Gestão Municipal E O Monitoramento Das Políticas Públicas Pelo Tribunal De Contas Do Estado Do Ceará. **Revista CEJUR/TJSC**, Florianópolis, v.10, p.01-20, 2022. DOI: 10.37497/revistacejur.v10i1.393. Disponível em: <https://cejur.emnuvens.com.br/cejur/article/view/393>. Acesso em: 30 set. 2025.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE**

idades e estados do Brasil. Disponível em: <https://idades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>. Acesso em: 17 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Malha municipal.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA - IRB. **O que é o IEGM?** Disponível em: <https://irbcontas.org.br/iegm/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KINZLER, É. C. de S.; MELLO, G. R. de. Influência do controle interno na efetividade da governança pública nos municípios paranaenses. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 22, p. 1-18, e3389, 2023. DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-7662202333891>. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3389>. Acesso em: 30 set. 2025.

LIMA, L. L.; LUI, L.; DIAS, G. V. R.S.; PAPI, L. P.; DEMARCO, D. J. Planejamento governamental nos municípios brasileiros: em direção a uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, nº 2, Rio de Janeiro, 2020. DOI:10.1590/1679-395177989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/77989/0>. Acesso em: 30 set. 2025.

LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (org.). **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes.** Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARENCO, A.; BRUXEL, M. Agenda gerencial nos municípios brasileiros: difusão ou contexto? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 38, 111:1-20, 2023. DOI: 10.1590/3811028/2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MFTTwszsfhFQV33GVqkrymWP/abstract/?lang=pt>. Acesso: 30set. 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. Governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.2, n.1, pp. 109- 134, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5974>. Acesso em 29 set. 2025.

NIKVASHVILI, T. Open Governance as a Tool for Strengthening the System of e-Democracy in Georgia. **eJournal of eDemocracy and Open Government**, v. 11, n. 2, p. 137–149, 2019. DOI: 10.29379/jedem.v11i2.547. Disponível em: <https://jedem.org/index.php/jedem/article/view/547>. Acesso em: 30 set. 2025.

PASSOS, G. de O.; AMORIM, A. de C. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (Iegm). **Revista FSA**, Teresina, v. 15, n. 6, p. 241-259, nov./dez. 2018. DOI: 10.12819/2018.15.6.14. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1647/491491705>. Acesso em 24 set. 2025.

PIAUI. Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí. **Mapas Temáticos do Piauí 2022:** territórios de desenvolvimento. Teresina: SEPLAN, 2022. Disponível em:

<http://antigo.seplan.pi.gov.br/mapas.php>. Acesso em: 30 set. 2025.

PIAUÍ. Produto Interno Bruto dos municípios do estado do Piauí 2021. Superintendência CEPRO/SEPLAN. Teresina, CEPRO/SEPLAN, 2023. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/202312/CEPRO27_6b5f66f624.pdf. Acesso em: 08 out. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras**: 2016. Brasília: IPEA: FJP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/99303e77-44f3-4e49-814b-ae9267dd06b9/content>. Acesso em: 30 set. 2025.

SADIQ, M.; PANTAMEE, A. A.; MOHAMAD, S.; ALDEEHANI, T. M.; ADY, S. U. Corporate governance and earnings management: evidence from listed non-financial firms. **Polish Journal of Management Studies**, Czesochowa, v. 22, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17512/pjms.2020.22.2.30>. Disponível em: <https://pjms.zim.pcz.pl/article/146300/en>. Acesso em 23 set. 2025.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, C.L.M.; CARVALHO, M. Z. de; SÃO PEDRO FILHO, F. de. Gestão pública por resultados: uma perspectiva instrumental para dinâmica nos processos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.8, p. 85429-85450, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-651. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/35183>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, E. D.; ASSIS, S. C. de; TALASKA, A. O desenvolvimento socioeconômico dos municípios pertencentes à Região Geográfica Intermediária de Chapecó: uma análise comparativa. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 9, p. e1536, 2025. DOI: 10.47236/2594-7036.2025.v9.1536. Disponível em: <https://sitionovo.iftto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/1536>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, M. V. G. da; PERON, A. C. P.; ZUBA, M. E.; MEZA, M. L. F. G. de; NASCIMENTO, D. E. do; SOUZA, M. de. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOCIETAL: um instrumento de controle e participação social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, 22 (1), 371-394, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9237>. Acesso em: 30 set 2025.

SOUSA, J. H. M. de. Cooperativas de crédito singulares: um estudo de caso a partir dos indicadores GIFE de governança. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 4, n. 1, p. 112-124, 2020. DOI: 10.47236/2594-7036.2020.v4.i1.112-124p. Disponível em: <https://sitionovo.iftto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/323>. Acesso em: 30 set. 2025.

TEIXEIRA, G.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público, Brasília**, 70, (4), 519-550, 2019. DOI: 10.21874/rsp.v70i4.3089. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089>. Acesso em: 30 set. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. Edição 3, Brasília:

SecexAdministração, 2020. Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/data/files/FB/B6/FB/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_organizacional_3_edicao.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ. **Relatório de Levantamento 2022**.

Teresina, 2023. Disponível em: <https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2024/09/Levantamento-IEGM-2023.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

Informações complementares

Descrição		Declaração
Financiamento		Não se aplica.
Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes		O trabalho não é um <i>preprint</i> os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos neste artigo.
CrediT	João Victor Ribeiro Vilanova	Funções: conceitualização, investigação, curadoria de dados, análise formal, metodologia e escrita – rascunho original.
	Léia Lima Soares	Funções: conceitualização, investigação, análise formal, escrita – revisão e edição.

Avaliadores: Os avaliadores optaram pela avaliação fechada e pelo anonimato.

Revisora do texto em português: Ana Victória Santos Natur.*

Revisora do texto em inglês: Rebeca Natanaely de Paiva Alcântara.*

Revisora do texto em espanhol: Indira Susane Pires da Costa Pereira.*

* Conforme informado pelos autores e comprovado pelos documentos anexados ao sistema da Revista.